

Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada no dia 17 de Setembro de 1977.

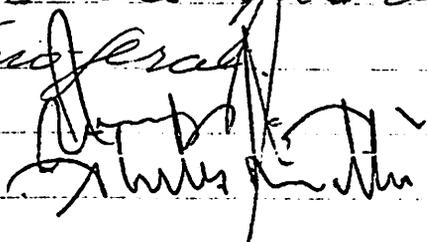
Nos dezesseis dias do mês de Setembro de mil novecentos e setenta e sete, às quinze horas no Gabinete da Presidência do Estado, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os seguintes: Ulysses Guimarães - Presidente, Thales Romão de Castro - Secretário Geral, Cildo Taguino - Secretário Geral, Sávio Vieira, Franco Monteiro, José Ferreira, Luiz Bernarides, Antônio Pestes, mais os seguintes estaduais da Bandeira do Rio Grande do Sul: Sêlic de Souza (Lider), Romão Peljan - Secretário Geral do Diretório Regional do Rio Grande do Sul e João Satta - Presidente do Diretório Municipal de Porto Alegre. Começa os trabalhos o Senhor Presidente passa a leitura em voz alta de Sêlic de Souza que faz um relato dos acontecimentos do Rio Grande do Sul, girando a cobrança dos mandatos dos vereadores fluminenses e mineiros classificados como PI-5. Esclarece sobre as denúncias que estão sendo adotadas pelo Diretório Regional e pela Bandeira Estadual do Rio Grande do Sul em defesa do voto do mandato popular. Sugere a convocação do Diretório Nacional para o fim de examinar, juntamente com as Secções Regionais, os problemas ali ocorridos. O Senhor Presidente agradece a presença dos companheiros gai-

atos e explica que combara tanta sobre a reunião da Comissão Executiva Nacional e, posteriormente, o Diretorio Nacional, a fim de examinar todos os problemas existentes a Comissão Executiva, e nos os resultados e serviços prestados pelos corretores e grupos, escreveu a seguinte nota: "A comissão de representação emendada considera a farda do mandato dos vereadores Glenio Perez e Marcos Lessmann, eleitos pelo povo para a Câmara Municipal de Porto Alegre. Mais dois mandatos vem aumentando o numero degressivamente, e os dos sub-cidadãos sem direitos políticos, exceto dos debates e das decisões municipais, como estacados dentro de sua própria terra. Refugia a consciência cívica da Nação a violência de um sacro, quando há códigos, leis e regulamentos para apurar delitos eventualmente praticados e punir os excessos. É notório que o MDB em seu Diretorio Regional do Rio Grande do Sul mira de suas Seções mais dinâmicas, com abastados serviços à causa da Justiça e significativas vitórias e vitórias. Não há de faltar, por isso, as intrigas dos que não confiam no voto popular na tentativa de apresentarem o MDB gaúcho como foco de contestação. Os fatos, porém, falam com mais eloquência, porque verdadeiros, salientando-se dentre eles o clima de reciprocidade respeito entre o governo do Estado e a maioria emedecista na Assembleia Legislativa. A Nação exausta pede o fim do estado de exceção. No Parlamento e na Imprensa, nos Temples e nas Universidades,

nas manifestações de inteligência nacional, nos meios empresariais e na voz das instituições, por toda parte é unânime o apoio sua normalidade democrática. De fato, o Brasil não pode de mais para ter seu crescimento e seu futuro contido pelo arbítrio. O arbítrio incute a ordem e nega o direito, gera a impiedade e não a segurança desde os que governam até os governados. É procedente a advertência: "Qualquer País pode viver independentemente num regime indefinido". Tolerância à crítica e respeito às várias advertências não podem ser simples concessão dos detentores do poder. São fundamentos básicos para vida digna e segura em sociedade pluralista e democrática. O MDB tem a sua existência assegurada pela lei. É um Partido Político. Seu Programa e Plano de ação unânime e aprovados e registrados na Justiça Eleitoral, sem candidatos e disputa eleições, quando estas são convocadas no País. Não tem vida clandestina e permanentemente, através de seus líderes atuantes e a palavra de seus líderes tem a expressão como forma de ação política. Por isso, o MDB é a alternativa legal para os que divergem e desejam participar do processo de restauração democrática, na Ordem e na Liberdade. Objeção silente, acovardada ou omissa, oposição não é. Para elogiar o governo e enaltecer as suas obras há vozes numerosas. Porém, não quem pode esperar ouzutas na Objeção que elege seus representantes comprometidos com a crítica, a fiscalização, a denúncia.

e o protesto. O A1-5, que dá ao governo poderes jamais conhecidos e reservados ao Imperador da República, tem funcionado para evitar muitos dos que têm tido a carga de acordar. A Nação inteira sabe que os poderes absolutos que o Governo se circunscreve são insuficientes para a solução dos problemas econômicos e sociais, a cada dia mais numerosos e aflitivos. Não será suficiente proclamar esse estado de exceção, sem o respeito da natural do direito de defesa que clama contra as injustiças nacionais decorrentes do arbítrio e do endurecimento externo, da insustentável e do custo de vida sem limites, do custo físico salarial e do sacrifício cada vez maior do empreendimento nacional. A especulação descontrolada do capital estrangeiro e a indefinição de rumos e prioridades, ainda agora o tratamento dado à questão do combustível superaqueceu indolentemente a Nação. Com a agravante de seu caráter de inaceitável insegurança social, deve que são mecanismos de pressão, os que incluem salários, vencimentos e rendas médias e que não pagam o distanciado e monumental imposto. A crise política, a crise econômica e a crise social existentes levam à maior das crises: a insegurança da ação governamental. A Nação está sob o impacto permanente da perplexidade, a ponto de impatrioticamente se durdar até do cumprimento do preceito constitucional que ordena a realização de eleições diretas para fo-

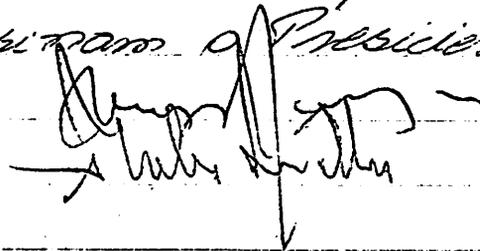
verdadeiros em 1978. Aberto para o diálogo res-  
ponsável, com a visão da Pátria e a intenção  
superior de construir, o MDB não trará os com-  
promissos assumidos com o povo brasileiro ao  
longo de sua trajetória política e expressos no  
seu Programa. Prosseguindo na sua missão  
de resistência democrática, o MDB mobilizará  
seus quadros para a tarefa fundamental de  
esclarecimento e conscientização de todos os seto-  
res da comunidade nacional em defesa das li-  
berdades humanas e da integridade do manda-  
to popular. Sem ódio, sem prevenções, sem a pre-  
tensão de detentores da verdade e de excessivi-  
dade de soluções para as necessidades do País,  
que por afetarem a coletividade não podem  
depende parcial e privatamente de classes  
ou homens que a estruturam, o Movimento  
Democrático Brasileiro faz-se intérprete do  
clamar nacional pelo retorno ao regime de-  
mocrático, único pelo Testamento da histó-  
ria, em que o Estado é fiel à Nação e instu-  
mento livremente consentido, e não instrumento  
de sua segurança, de seu desenvolvimento e  
do bem estar como direito de todos e não pri-  
vilejos de poucos. Nada mais havendo a tratar,  
foi encerrada a reunião. E, para constar, foi  
lavrada a presente ata que assinam o Presi-  
dente e o Secretário Geral.

  
\_\_\_\_\_

Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 3 de março de 1973.

Aos três dias do mês de março de mil novecentos e setenta e sete, às dez horas da manhã, no Gabinete da Presidência do Partido, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os seguintes membros: Senhores Ulysses Guimarães - Presidente, Thales Ramalho - Secretário geral, Demétrio Alves, Jarez Bernardino, Peixoto Filho, Alencar Furtado, Mauro Benedito, Aldo Taguendes, Roberto Saturnino, Walber Guimarães, Lázaro Barbosa, Gilvan Rocha, Joel Ferreira, Franco Monteiro, Fernando Coelho, Antonio Pontes, Tancredo Neves. Inicialmente, o Senhor Presidente fez um relato da situação política e da necessidade da convocação do Diretório Nacional para o corrente mês, com a apreciação e tomada de posição frente à crise política atual. Usaram da palavra os Senhores Tancredo Neves, Roberto Saturnino, Franco Monteiro, Alencar Furtado, Gilvan Rocha, Aldo Taguendes e Lázaro Barbosa, que manifestaram suas opiniões quanto à data e assunto a ser tratado na convocação do Diretório Nacional. Após os debates foi aprovada, por unanimidade, uma Comissão composta dos Senhores Tancredo Neves, Roberto Saturnino, Franco Monteiro, Alencar Furtado e os Presidentes dos Diretórios Regionais de Pernambuco - Deputado Jairbas Vasconcelos - e do Rio Grande do Sul - Deputado Pedro Simon, para estudo e elaboração de documento que será apresentado na reunião

1  
mão do Diretório Nacional. Ficou, ainda, apro-  
vada a Convocação do Diretório Nacional para  
o corrente mês com o objetivo de examinar a  
situação nacional, sendo que o local e a hora  
constam do edital convocatório, nos termos da  
lei. O Senador Mauro Bezerra, Tesoureiro  
do Partido, encaminhou à apreciação e aprova-  
ção da Comissão Executiva Nacional as con-  
tas do Partido, no que concerne aos recursos  
do Fundo Partidário, bem como as provenientes  
de outras fontes, alusivas ao ano financeiro  
de 1976, acompanhadas da respectiva aprovação  
do Conselho Fiscal. A Comissão Executiva, após  
exame da documentação apresentada, apro-  
vou as mencionadas contas. O Senhor Tesoureiro  
encaminhou, também, à apreciação o orça-  
mento do Fundo Partidário, para o exercício  
de 1977, o que foi aprovado por unanimidade.  
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a  
reunião. E, para constar, foi lavrada a presen-  
te ata que assinam o Presidente e o Secretário-  
Geral.



Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 10 de março de 1977.

Aos dez dias do mês de março de mil novecentos e setenta e sete, às onze horas da manhã, na sala da Presidência do Partido, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os senhores: Ulysses Guimarães - Presidente, Nales Ramalho - Secretário-Geral, Aldo Fagundes, Jazaro Barbosa, Cleonice Furtado, Fernando Coelho, Amarel Ferraz, Gervásio da Silva, Tancredi Neves, Henrique Alves, Flávio Monteiro, Joel Ferreira, Roberto Saturnino, Paulo Possard e Peixoto Filho. Com número legal. O Sr. Presidente fala dos objetivos da reunião que são: primeiramente, a fixação da data da reunião do Diretório Nacional para o dia 24 (vinte e quatro) do corrente, às dez horas, no Auditório Nelson Ramos, na Câmara dos Deputados, para exame da situação nacional e de medidas para o fortalecimento do MDB, objetivando sua atuação em termos de unidade e fidelidade partidárias; assistência dos sigas partidários e dos senadores e deputados do MDB para a organização partidária que se realizará em 1977, além de que o Partido tenha Diretórios Municipais em todos os Estados e Territórios; assuntos gerais que, não havendo objeções, considera aprovada. A seguir, faz um relato da conversa que teve no dia 9 do corrente, na qualidade de Presidente do MDB com o Presidente da Arena, Senador Petrólio Portela, nos seguintes termos: "Iniciando o contato,

o Senador Portela disse que resolveu como Presidente do Congresso Nacional ter entendimentos amplos para resolver problemas que afetam o País. Que assim agira, em função da Constituição, para servir-la, não como Presidente do Partido ou a qualquer outro título. Que comunicou ao Presidente Geisel seu propósito e dele teve autorização para os referidos entendimentos. No decorrer da conversa, em longo exame que fez da conjuntura do País, afirmou que buscava soluções viáveis, realistas, com o propósito de através delas atingir o Estado de Direito. Soluções que alcançassem esse objetivo democrático e não que resultassem em malogro. Como consequência desse longo raciocínio e dessa longa exposição, a conclusão era a eleição indireta para Governadores. Afirmou e reiterou o informe em consequência de indagação minha, que o Presidente Geisel não tomou decisão quanto a serem indiretas as eleições. Era entendimento seu, do Senador Petronio, para resolver problemas relacionados com as eleições diretas, a implantação das eleições indiretas. Recordou o Senador Petronio que a eleição indireta também é inconveniente à Pátria, pois nem sempre consagra a ida para os Governos Estaduais de seus líderes naturais. Informou que entende dever ser criado um órgão, para a defesa do Estado, também abrangendo os poderes do AI-5, com composição de forças e entidades representativas do País. Nas funções permissivas que esse órgão tiver, fosse assegurada o Direito de

defesa. Afirmou que a criação desse órgão não implicaria na simultânea e imediata extinção do AI-5. Pela obsolência, pela aturdida exigência criada e com a fixação de prazo, descreveria posteriormente o AI-5. Argumentou longamente que neste caso, como nas eleições indiretas, pelo contruimento que tem de salvação do País, tinha propostas executáveis viáveis, que não redundassem em malogro ou frustrações, na busca de objetivo de que participa de abrir caminho para atempado regime democrático. Durante a conversa sempre ressaltou que quanto à eleição indireta e configuração do órgão que teria as funções do AI-5, e os poderes de defesa do Estado, não tinha ainda sua formulação, isso porque iria prosseguir nas conversações com outros setores e pessoas. Por ora ficava nas teses. Quanto ao MDB, afirmou que continuava no propósito de que as conversas prosseguissem. Insistiu reiteradas vezes que as conversas que teve até agora não escauriam o assunto, eram as primeiras, como reforçou. Fazia questão de ressaltar que não fazia para os entendimentos nenhum argumento de pressão de nacionalismo *ad terrorem*, de sanções. Era o respeito que tinha os interlocutores, no caso ao *Monarca Democrático Brasileiro*, na pessoa de seu Presidente. O Presidente Ulysses Guimarães teve palavras elogiosas quanto a oportunidade de diálogo, de conversas políticas. Que disse isso ao Senador Bittencourt, inclusive par-

que o Presidente da República teria o teste-  
monho e as palavras da Excecção. Em resposta  
ao que fora exposto pelo Senador Portela, o Pre-  
sidente Ulysses Guimarães afirmou que se inter-  
feriam a extinção das eleições diretas e o MDB  
e seguintes impecalhos principiaes e notranspo-  
síveis: 1) Como principio, na consciência dos  
integrantes do MDB, seus dirigentes, seus debuta-  
dos, Senadores e líderes em todo o País, há a con-  
vicção de que as eleições diretas, como funda-  
mento da Democracia, como fonte do poder, vin-  
culam a Nação e o Estado, é o meio através da  
participação de todos naquilo que diga res-  
peito a todos para solução dos problemas e  
das crises nacionais. Como Presidente do MDB,  
encareci o poder liberatório do voto. Isso aconte-  
ce nas Nações mais civilizadas, que são de-  
mocráticas. Que sendo esse entendimento um  
principio que reputa essencial para servir  
à Nação, não pode ter o caracter das penun-  
cias pessoais, que atingem o âmbito individual  
ou familiar do renunciante. Principios que  
se entende como indispensavel à Nação são  
irrenunciáveis, a não ser que se comença  
do contrario, o que não é o caso das elei-  
ções diretas. 2) Eleições Diretas, continuou  
dizendo o Presidente Ulysses Guimarães ao  
Senador Portela, são ponto fundamental  
doutrinário do Programa do MDB, que é  
a Lei do Partido à qual os filiados do MDB  
não podem faltar. Esta parte do Programa  
do MDB: as eleições diretas, tem sido objeto  
ao longo de sua existência de intensa e i-

ininterrupta pregação, está na consciência de  
País, como um compromisso do Partido. Esse  
princípio íntegro e é protegido pela fidelida-  
de partidária. 3) Que concordar o Partido com  
as eleições indiretas equivaleria a sua auto-  
dissolução. Não só por razões lógicas, mas com-  
promissos doutrinares, mas até por instin-  
to de conservação, de preservação, o MDB é  
pelas diretas. Argumentei com a adoção das  
eleições indiretas no Governo Médici, que a-  
meaçou de levar o MDB à autodissolução,  
a imensa e quase incontrolável frustração  
ocasionada. A principal razão para o Partí-  
do motivar-se e fortalecer-se foi a seguran-  
ça da realização das eleições governamen-  
tais diretas em 1978. Argumentei que cor-  
religionários, Prefeitos, Vereadores, Senado-  
res, Deputados, até não filiados ao MDB,  
espontaneamente, procuram a Direção do Par-  
tido, seus líderes, para a permanência da  
eleição direta. É uma mobilização geral e  
espontânea do MDB a favor do sufrágio dire-  
to. Acrescentei, que, além do MDB, forças re-  
presentativas da Nação têm reclamado as e-  
leições diretas. 4) Finalmente, relatei o fato  
de que a maioria do MDB através de elei-  
ções diretas, em cinco Assembleias Legislativas,  
não criou qualquer problema de seguran-  
ça, foco de inquietação ou provocação. Ao  
contrário, os Governadores Guazelli e Paulo  
Egídio, este ainda há poucos dias, têm res-  
saltado que a atuação do MDB nas assen-  
bléias não tem criado qualquer dificuldade.

de para a condução dos assuntos governamen-  
tais do interesse do Estado. Foi igual, a crea-  
ção de Prefeitos pela legenda do MDB em mu-  
nicípios como Santo André, São Bernardo, São  
Caetano, Campinas, Osasco, Sorocaba, com eta-  
rêdo maior ou aproximado a muitos Esta-  
dos e Territórios não tem gerado problemas.  
O Senador Portela voltou a argumentar que  
seu objectivo é a conquista do regime demo-  
crático, mas que para tal era necessário ir-  
linar caminhos exequíveis, viáveis, para evitar  
frustrações. O Presidente Ulysses Guimarães  
passou a importância do diálogo, para que  
o Presidente Geisel não tivesse dados irrealis-  
taes, mas também os pontos-de- vista da Opo-  
sição. Quanto à criação de um órgão para subs-  
tituir o AI-5, principalmente com a coexistên-  
cia deste, a permanência simultânea de am-  
bos, declarei existirem inúmeros obstáculos ca-  
ra que o MDB marche para tal solução. A luta  
contra o AI-5 é também ponto essencial do  
Programa do MDB. O Senador Petrónia Portela  
insistiu para que as conversações prossequis-  
sem. Afirmei que devia ao Partido os Termis-  
da conversa mantida. Junto com o Senador  
Portela recapitulamos seus etens fundamen-  
tais, para que com fidelidade os transmitis-  
se à Comissão Executiva do MDB. O Senador  
Franco Montoro, após o relatado, fez um re-  
sumo do exposto dizendo que assim enten-  
deu: 1º - Que a conversa era de iniciativa  
do próprio Presidente do Congresso. 2º - Que a  
tomada de alguma decisão é que deveria

ser ouvido o Presidente da República. 3º - Que o objetivo era de uma solução realista e viável para que não levassem frustrações. 4º - Que a conversa não tinha qualquer sentido de pressão ou de sanção. 5º - Que as condições objetivas são: a) Eleições indiretas para governadores, não tendo o Presidente da República tomada de posição, e que para a Câmara as eleições diretas seriam bem aconselháveis, pois conheceriam os autênticos líderes; b) a criação de um órgão superior para a defesa do Estado, por forças representativas e que este órgão absorveria as funções do AI-5, sem contudo que esse ato fosse revogado, mas que se fixaria prazo de sua vigência para uma plena normalidade; c) Que usou as primeiras conversas e enfatizou que teriam outras. O Senador Franco Montoro disse que para haver eleições indiretas o povo deveria ser consultado. Queremos uma democracia e não uma Nação inerte, através de formas é favorável ao prosseguimento das conversas. Quanto à criação do Conselho indagou se esse garantia os primados da democracia? Devantou a hipótese desse órgão ser composto dos presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, dos três ministros militares e do ministro da Justiça. Disse que o Senador Acioli Filho falou em um órgão colegiado com a maioria de parlamentares. Disse ainda que esteve com o Senador Portela. Falou que a fórmula não era de eleições indiretas mas de simples nomeações e

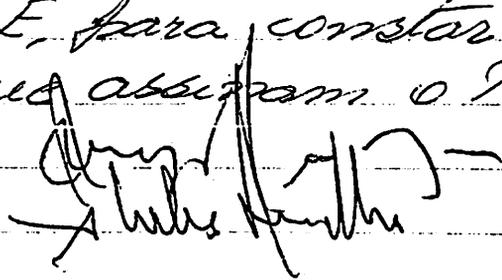
com isso ele seria um dos primeiros a propor a dissolução do Partido. Que iria lutar para a conscientização de vários setores. Fizeu que muitas pessoas acham que eleições indiretas também são formidáveis justas e democráticas. Nos termos que temar claro que isso que propõem não é eleição e sim nomeações. Sobre a proposição da criação de um órgão creio que é a fabricação de um órgão para os interesses da revolução. É de opinião contrária ao FI-5 com esse órgão. O Senador Paulo Bressane disse que enquanto o FI-5 estiver presente é incompatível a ideia da criação desse órgão. Isso é intolerante. A nossa luta é por princípios cultos e democráticos. O problema de eleições direta ou indireta depende do órgão que as elegem. A eleição indireta era proposta vem apenas para atingir a Oposição. Quanto ao Conselho, colégio ou órgão, seja qual for o nome, a sua criação é extremamente perigosa. Lembrar que atualmente também existe um Conselho que nem sequer convoca. Só executa. Há um desprestígio do Poder Judiciário, que é um poder de luta. Defende não somente o Poder Judiciário. Adotar um órgão paralelo é uma espada igual à de Dâmocles. É uma tirania de vontade e interferir com o FI-5 na república. É um órgão sem nenhuma força, consiste num órgão quase ridículo sobre a pressão do FI-5 e a falta de consenso ao Poder Judiciário. Acha preferível que continue o quadro atual, com o nosso protesto, do que outro qual

quer com a nossa convivência. Fezou um-  
da que defende a eleição parlamentar. O Sen-  
dor Roberto Saturnino acha que, realmente,  
confirmado o que se esperava, é mere-  
ditável. E que dessas conversas se se pidi-  
ria esperar coisas inaceitáveis. Acredita que  
fatos novos estão a acontecer e podem se a-  
gravar. O que não devemos é apressá-los. Con-  
tece que os fatos vão ocorrer e não somos nós  
que vamos antecipar ou adiar estas coisas  
com respostas evasivas. As coisas estão se  
alterando: Isso vai correndo à revelia. E por-  
co que já estão não pode. O Deputado Torru-  
do Neves disse que esteve também com o Se-  
nador Portela e que as teses e a versão são ex-  
tamente iguais a exposta Presidente Ulysses  
Guimarães. Entende que o eleitor seja conse-  
ntizado. Diz que toda eleição indireta desfa-  
vorece a Oposição. A nossa bandeira é a e-  
leição direta e está na opinião pública se nós  
sermos a defender outra fórmula. Para nós é  
a obrigador, tanto política como eleitoral-  
mente. Não podemos, no entanto, trançar as  
conversas, pois essa foi a primeira picada  
que tivemos a oportunidade de trilhar nes-  
ta imensa selva de treze anos. Acho que de-  
vem prosseguir nos diálogos. Fugindo do pos-  
tulado, pois isso é imperativo na nossa cons-  
ciência. Mas devemos continuar as conversas  
e quem sabe no decorrer desse diálogo possa-  
mos encontrar um denominador comum.  
Quanto à criação do órgão é impossível os  
dois juntos. Sendo que me parece que o AI-5.

só seria extinto pelo seu desuso. Dá-se se fez um  
leque de ampliação do arbitrio - AI-5 versus novo  
órgão. E como se colocaria o Poder Judiciário?  
Nos apresenta um parâmetro muito estreito.  
Considero temperativo o estado psicológico. Já es-  
tamos vivendo com o AI-5 há mais de três anos.  
Eles querem essa farsa. No decurso das con-  
versas é que podemos realmente ver o pensa-  
mento do Governo. O Deputado Fernando Coelho  
esclarece que as eleições indiretas ainda que le-  
gais não interessam nem as novas e as atuais  
Assembleias Legislativas. O Deputado Joel Ferrei-  
ra diz que é uma grandeza a conversa na á-  
rea do Congresso e que nos dá ligeira ilusão.  
Do nosso comportamento não pode haver me-  
lhora nem piora. Não devemos aceitar nada,  
mas devemos continuar as conversas. O Depu-  
tado Alexmar Turtado acha que a conversa com  
relação às eleições indiretas perfila a falanga  
do Presidente da República. E com isso pode-  
ríamos manobrar para a auto-dissolução do  
Partido. O que nos propõem é uma fórmula  
violentadora ao regime e as aspirações da Opo-  
sição. Quanto a este órgão se me afigura um  
desrespeito ao Poder Judiciário para quem te-  
mos um poder de veto. Colou-me em defesa  
do Poder Judiciário. Admitir um órgão para-  
lelo é uma farsa. O Senador Lázaro Barbosa  
diz que o Governo não tem condições de e-  
xercer um governo rígido. Não creio que  
ele pretenda ceder. Existe oposição legal.  
Enquanto a Oposição existir o povo tem es-  
peranças. O governo sempre se coloca no mu-

so para ver o peso exuor. Repõe coisas irra-  
ceitáveis para ter o mesmo resultado, que é  
impossível. O Senador Paulo Grossard faz  
conexão de um fato ocorrido na véspera. O  
recuo. Pediram-lhe, alguns formalistas, explicação  
da volta atrás, e indagaram se isso foi não  
sua volta atrás também do AI-5 e do  
Decreto-Lei 477. Lembrou ainda do fato quan-  
do da inauguração do Aeroporto do Rio de Ja-  
neiro quando o Presidente da República cri-  
tiçou os brasileiros impatrióticos, pelas críti-  
cas às medidas de economia de combustível.  
Quais seriam os mais impatrióticos? O Depu-  
tado Aldo Fagundes acha que o fulgamento  
público é o propósito que parece mais via-  
vel. O Senhor Presidente diz que o Senador  
Portela é um homem arguto em face do  
que lhe expuz. Tem que não fariam divi-  
das para o Senador Portela de que o MDB  
não via outra fórmula que não fossem as  
eleições diretas. E se deseja continuar a con-  
versa, ele já sabe a nossa posição. Em face  
do que foi debatido compreendo inicialmente:  
1º Que as conversas devam prosseguir. 2º  
Não aceitar as eleições indiretas. 3º - Contribu-  
ir à criação do Cegão. Teremos que conver-  
sar com a Imprensa dentro do espírito de  
não se fazer provocações. Se eles querem con-  
versar, estão que definam os princípios. Se  
querem a eleição indireta e a criação do or-  
gão quais os pontos que vão ser debatidos.  
Alertou ao Senador Portela que iria ter um  
entendimento com a Direção do Pentado e

que não declararia nada à imprensa antes de  
ouvir os seus companheiros. Esclarece, ainda,  
que foi muito claro durante a conversa e  
até repetitivo. É até me permitiu dizer que não  
sonhos contra as conversas. O Senador Portella  
ainda no final disse do propósito de conti-  
nuar a conversa. Alertei sobre a harmonia  
que esperava lá fora. Disse-lhe que iria a-  
diantão que enquanto não conversasse com  
o Partido nada declarava à imprensa. O Depu-  
tado Alencar Furtado falou que não podia re-  
gar aos companheiros de bancada o que foi de-  
cidido na reunião e achava que se devia dar  
a escata versão à imprensa do que ali foi  
debatido. O Senador Fausto Bressane emalte-  
ceu o comportamento do Presidente Ulysses  
Guimarães e disse que assuntos dessa natu-  
reza ele preenchia todas as qualidades fa-  
na falar em nome do Partido. Primeiro por  
sua serenidade, sua inteligência. Sabe o  
que pode e o que não deve dizer. Jubilou que  
esse assunto veio trazido para a Comissão  
Executiva. Salientou ainda que não podemos  
ser comiventes com a legitimidade do AI-5 e o  
órgão proposto. Finaliza comiante nos Talen-  
tos do Presidente Ulysses Guimarães. Não havien-  
do mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente  
encerra a reunião. E, para constar, foi lavra-  
da a presente ata que assinam o Presidente  
e o Secretário geral.



Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 2 de abril de 1977.

Nos dois dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e sete, às nove horas da manhã, no Gabinete da Presidência do Partido, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os seguintes membros: Senhores Ulysses Guimarães - Presidente, Trajano Ramalho - Secretário-Geral, Henrique Alves, Antonio Pontes, Alencar Furtado, Tancredi Neves, Fernando Costa, Roberto Saturnino, Walzer Guimarães, Gilvane Rocha, Mauro Bernardes, Franco Monteiro, José Ferreira e Aldo Fagundes. Iniciando os trabalhos o Sr. Presidente esclarece que a Comissão Executiva não poderia deixar de se reunir, em momento tão grave que o País atravessa, e fazer sua manifestação contra o fechamento do Congresso Nacional, por ato do Presidente da República. E essa maneira somente é facultada a Oposição através de uma nota de protesto, único instrumento de que dispomos para levar a Nação Brasileira o nosso mais veemente repúdio. Lamenta as críticas de alguns que dizem ser mais uma nota da Executiva. Mas não podem esquecer de que o Partido nos maiores e mais graves episódios sempre cumpriu, dentro dos limites que dispõe, suas tarefas, levando a voz da Oposição através de Conferências, simpósios, concentrações. Fala, ainda, quanto das eleições municipais percorremos quase todas

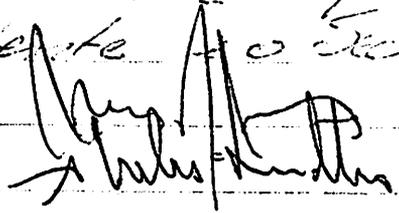
os Estados e Territórios levamos a bandeira da  
Oposição de Norte ao Sul do País. Coloca, a se-  
guir, em discussão e votação a nota do 2703  
que, após prolongados debates, onde usaram  
da palavra os senhores Franco Montoro, Ten-  
cledo Neves, Aldo Fagundes, Mauro Benerdes,  
Gilvan Rocha, Alencar Furtado foi a mesma  
aprovada por unanimidade, nos seguintes ter-  
mos: "O Movimento de 31 de Janeiro de 1964,  
três anos passados, não deu à Nação um or-  
denamento jurídico definido e estável. Esta é  
a grande crise dentro da qual situa-se o  
angustiante momento político que vive hoje  
o Brasil. A vigência de duas ordens consti-  
tuídas - a constitucional e a de exceção - desfu-  
ma o funcionamento das instituições. Ao sa-  
ber do arbítrio, arramam-se crises, como se uma  
divergência com o Poder Executivo, no campo es-  
tritamente parlamentar, fosse um ato impati-  
co, pleno de intenções subalternas e irresponsáveis. O  
Governo se atribuiu o exclusivismo das decisões cer-  
tas e monopólio de decisão sobre o que convém  
ao Brasil. Os que adotam essa posição e subor-  
dinadamente acatam tudo o que o governo diz e faz,  
são agraciados com o título de bons brasileiros.  
Os que têm a coragem cívica da divergência e,  
na lei e na ordem, expressam o seu pensamento,  
são classificados de negativistas e maus. Nesta  
injustificável repetição de crises, na verdade  
mal disfarçado pretexto para esvaziar os se-  
us governamentais e os problemas da área eco-  
nômica criados ou não resolvidos pela incompetência,  
talvez nenhuma outra, como a atual,

Terra sido montada tão artificialmente. A im-  
mitação da reforma judiciária foi um episó-  
dio parlamentar. A proposta do Governo, após  
da votação no Congresso Nacional, foi repudiada  
pelos meios jurídicos do País. Manifestaram-se  
publicamente contra o projeto, ou lhe fizeram  
reservas fundamentais: o Tribunal Federal de  
Recursos, Tribunais de Justiça dos Estados, entida-  
dades representativas do Ministério Público, a  
Ordem dos Advogados do Brasil, diversas Instân-  
ças de Advogados, Faculdades de Direito, e uni-  
versidade de professores e juristas. Enquanto ao Supremo  
Tribunal Federal é importante lembrar que al-  
guns dos seus membros afirmaram não repre-  
sentar o projeto a unanimidade de pensamento  
daquela Corte. E como se tudo isto não bastasse,  
o próprio relator da Comissão Mista, Senador  
Accioly Filho, da Ourea do Paraná, depois de ex-  
austivos estudos e contribuições obtidas via  
preferência por ele realizada entre os ve-  
lhos do Direito em todo País, concluiu pela  
elaboração de Substituto, que praticamente in-  
validou o projeto original. Não se diga que  
faltou a colaboração do MDB. A Comissão par-  
ticipou da Comissão Mista, apresentou centenas  
de emendas e um substitutivo, discutiu,  
discutiu e tudo fez para apoiar a pro-  
posição. Se intransigência houve, esta foi  
da maioria, que apoiou até mesmo a  
proposta do Relator, pertencente a seus  
quadros, e praticamente retornou à ma-  
nagem Presidencial. No exercício de um  
dever e no cumprimento de seu dever, o

9  
O MDB votou contra a Reforma proposta. Em  
um País democrático, a rejeição de proposta  
do Governo pelo Parlamento constitui razão pa-  
ra a decretação do Recurso do Poder Legislativo.  
Muito melhor se pode entender a autocrática  
decretação, pelo Poder Executivo, ou mediante re-  
fectação pelo legislativo. A Nação viu a ex-  
posição do Governo. A oposição reivindica o  
direito, reconhecido nos países democráticos,  
de, também, em matéria de voto e referendo, es-  
clarecer perante a opinião pública os motivos  
que inspiraram sua atitude e citar sua  
decisão. O MDB não aceita a transformação  
de que se tem transformado num grupo di-  
tatorial, para agir segundo preceitos constitu-  
cionais. Uma decisão parlamentar passa a  
ser pretexto para a ação do governo no cam-  
po das reformas políticas. Nesse sentido, o recur-  
so imposto ao Congresso Nacional e além de ju-  
ve e injusta sanção, é artifício para que o chefe  
do Poder Executivo se atribua competência legis-  
lativa que a Nação não lhe deu. Governo existe  
até mesmo nos povos mais primitivos. A oposi-  
ção é conquista da evolução do pensamento na  
história da humanidade. O respeito assegurado  
aos divergentes nas sociedades civilizadas revela  
o grau de cultura política de um povo e o índi-  
ce democrático de um governo. O MDB representa  
mais de 40% da composição do Congresso Nacio-  
nal. Seus senadores e deputados foram eleitos  
pelo povo mediante voto direto e com a pro-  
gação de idéias e a exposição de um Progra-  
ma registrado na Justiça Eleitoral. Outros

de reformas impostas autoritariamente, isto  
quer dizer ignorar o firmamento da espina-  
va da parcela da opinião pública que a Consti-  
tuição legitimadamente encarna. Nesse contexto,  
nenhuma reforma política há de ser feita,  
pois terá, quando muito, o caráter casuísti-  
co de resolver problemas electorais dos adre-  
tores do poder, ou a construção de efêmeros intor-  
nicio, sem calor, sem fôrça, sem voto, sem  
povo. Temos plena consciência de que o aban-  
do de exasperação e intolerância que se ma-  
nifesta de parte dos que exercem o poder é  
consequência da nossa expansão como força  
política, hoje de longe, a mais representativa  
das aspirações angustiantes e necessidades do  
povo brasileiro. No que, com a Nação, tem  
confiada e pode ainda sofrer, o MDB sabe que  
está pagando o preço histórico do seu engajamento.  
De nossa parte, não pode haver ou-  
tro comportamento que não seja o esforço con-  
tinuado para crescer ainda mais. Aos compan-  
heiros das cidades pequenas e frequentes do  
campo e das regiões mais longínquas do  
País, a nossa mensagem é um clamor de a-  
firmação: não esmorecer, mas intensificar a  
mobilização partidária. Dentro da ordem, amor  
e do nosso estilo, sem provocação, mas com fir-  
meza e persistência, a luta continua. A vitória  
final será a conquista definitiva para o Brasil  
da democracia, com liberdade e justiça social.  
Se o desdobrar dos fatos que ora se anunciam  
assim recomendar, o MDB reunirá seus órgã-  
os competentes. Desde logo assegurar, porém,

aos seus correligionários que no MDS não se  
 de haver abandonado das posições conquistadas com  
 energia e sacrifício. O Espírito não ha de re-  
 cuar um passo sequer no caminho escolhido  
 que fez, ao lado do povo. Das demandas do  
 Povo, das que emanam na liberdade, das  
 que querem a justiça social e a independên-  
 cia econômica, das que sabem que uma fun-  
 de nação não se funda apenas no consen-  
 timento mas na adesão dos seus cidadãos ao  
 projeto nacional, a todos estes empreendemos na  
 palavra de fé. O MDS tem suas portas aben-  
 das para os que desejam lutar pela construção  
 do futuro, na ordem e na paz que venham  
 nos ajudar com seu trabalho e sua participação,  
 que tenham direito conosco a responsabilidade  
 e o esforço dessa tarefa magna que é, sem som-  
 bra de dúvida, a mais importante hoje no Brasil.  
 Nosso dever é lutar pela nossa causa, é lutar  
 pela nossa causa, é lutar ao lado do povo bra-  
 sileiro. Não nos impressionamos com a vio-  
 lência da reação. O ideal da força, o MDS opõe  
 a força da idéia. Para mais travando a tra-  
 ta, o Sr. Presidente encerrou a reunião. E,  
 para constar, foi lavrada a presente ata que  
 assinam o Presidente e o Secretário geral.



Ata da Reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 19 de abril de 1977.

Nos dezesseis dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e sete, às quatorze horas, no Gabinete da Presidência do Partido, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os senhores: Ulisses Guimarães - Presidente, Thales Romalho - Secretário-geral, Roberto Saturnino, Nuno Bimendes, Tarso do Neves, Aldo Fagundes, Joel Ferreira, Leirio Barbosa, Walber Guimarães, Freitas Nobre, Franco Monteiro, Henrique Alves, Paulo Brassard, Juarez Bernardes, Paulo Filho, Guan Rodra e Fernando Coelho. Havendo número legal, o senhor Presidente submete a apreciação e votação documento que contém idéias e providências sugeridas por diversos membros do Partido. A Comissão Executiva, por unanimidade de seus membros e após prolongados debates em que usaram da palavra os senhores: Aldo Fagundes, Freitas Nobre, Paulo Brassard, Franco Monteiro, Fernando Coelho, Leirio Barbosa, Tarso do Neves e Joel Ferreira, elaborou o seguinte documento: "O Movimento Democrático Brasileiro está consciente que a situação que se criou com a outorga autocrática de uma legislação casuística transborda de seus interesses de Partido para ferir toda a Nação. Nesta hora histórica o dever partidário fundamental é o de lutar ao lado de todos os homens livres deste País, para que se devolva ao povo o direito, duramente conquistado, de de-

cidir o seu próprio destino. Nesse sentido, além do pensamento do Partido, foi expresso em nota oficial e nos discursos dos líderes Franco Montez e Alencar Gurtado, o MDB adotará as seguintes providências: 1 - Consultar as bases partidárias e outras forças representativas da sociedade brasileira sobre a deflagração de um amplo movimento nacional pela convocação de uma assembleia constituinte, que restabeleça o Estado de Direito no País. 2 - Realizar um Seminário sob a direção do Instituto Pedross Forta, para análise e debate de teses relacionadas com a ordem política, econômica e social do País. 3 - Publicar a documentação que comprovava a posição assumida pelo Partido através da Direção Nacional e das Bancadas na Câmara e no Senado, quanto ao episódio parlamentar da reforma judiciária. Do texto constarão, ainda, a nota oficial do Partido o pronunciamento do Presidente Ulisses Guimarães, os discursos dos líderes das duas Casas do Congresso Nacional e uma apreciação crítica quanto às disposições editadas com relação à denúncia vazia e às férias de 30 dias, quando existem projetos sobre a matéria, em fase final de elaboração legislativa, vários deles de iniciativa de parlamentares do MDB. 4 - Publicar um Manual de instruções para reorganização partidária, a partir das Convenções para a eleição dos Diretores Municipais. 5 - Cumprir um calendário de visitas de dirigentes nacionais e parlamentares do Partido a todos os Diretores Regionais, para estimular a arregimentação partidária e enfatizar a resistência democrática que o

MDB representa. 6 - Revindicar, com base na legislação existente, o acesso do MDB ao rádio e à TV, para evitar o monopólio que antedecoratamente usurpou o governo. 7 - Estruturar os setores feminino, jovem e tradicionalista a nível nacional, para uma campanha sobre temática de conscientização e mobilização, nas áreas." O Senhor Presidente deu conhecimento ainda de um documento suscitado pelo Deputado João Cunha e outros parlamentares contendo sugestões para a ação política do MDB. A matéria foi distribuída ao Deputado Celso Figueiredo para, juntamente com o Constituinte Fernando Horta, aproveitá-las. A seguir, o Senhor Presidente comunicou o recebimento de duas representações do Deputado S. G. de Azevedo Jirge: a primeira - não participação do MDB nas eleições no Estado do Rio de Janeiro nos pleitos vindouros e a segunda - não subscrição de Emendas sobre o Divórcio. Foi decidido que para o Divórcio a matéria não participa do Trabalho do Partido, decidindo cada parlamentar conforme sua consciência, e quanto às eleições indiretas no Estado do Rio de Janeiro, só a Comissão Nacional terá oportunidade de decidir o assunto. Com a palavra o Senhor Sizaro Barbosa explicou que convertera em diligência os processos originários do Diretório Regional do Partido; no Amazonas, a fim de que se esclarecessem dúvidas e que por isto não apresentaria seu Relatório nesta reunião, como do seu desejo. A Comissão Executiva entendeu, unanimemente, que tendo os processos sido do

Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada extraordinariamente, em 15 de julho de 1977.

Do primeiro dia do mês de julho de 1977 no decorrer e setenta e sete, às dez horas da manhã, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os senhores: Ulysses Guimarães, Presidente, Thales Romarinho, Secretário-Geral, José Feres Lima, Waldir Guimarães, Celso Fagundes, João do Barbosa, Manoel Monteiro, Néstor Moreira, Luiz Grossard, Roberto Saturnino, Mauro Benvenuto, Tancredo Neves, Fernando Cordeiro, Fausto Cruz, Antônio Portes e Gilvan Rocha. O Senhor Presidente esclareceu que convocou a Comissão Executiva, para que se reunisse a fim de discutir a atitude diante da recente, pudente e brutal cassação do líder Getúlio Vargas, atingindo a todos os democratas deste País. A Comissão Executiva entendeu convocar também os deputados e senadores, pedindo a reunião de hoje nesta hora de crise tão grave. O Partido terá que se manifestar e a direção partidária deverá ouvir todas as tendências, no sentido de elaborar um texto vigoroso de solidariedade ao líder e de acordo com as nossas convicções democráticas. O Deputado João Cunha confessou seu respeito à Direção Nacional mas diz que chegou o momento de o Partido se definir à Nação. Há uma ditadura militar, mas devemos lutar com as armas da razão e da verdade.

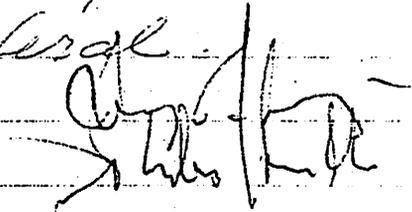
Que a emissão de uma nota deve manifestar a  
nossa angústia, mas que se determine o caráter  
se político. Que esta ditadura é um corretor de ma-  
tadouro, e cada hora é uma cabeça cortada. Cabe  
que se precisa procurar fórmulas de protesto. Pro-  
põe que o Deputado Oliveira Furtado seja designa-  
do Assessor Jurídico do MDB, conservando-se os  
demais líderes em escala de substituição. Propõe,  
também, que se subscrevam os quatro pronun-  
ciamentos pois não se sabe se daqui há alguns dias  
será a vez do próprio Presidente do Partido e dos  
outros que participaram da programação feita  
à Televisão e ao Rádio. O Deputado Jader Barbalho  
mostra solidariedade com a tese apresentada pelo  
Deputado João Cunha, no sentido de que todos sub-  
screvam os pronunciamentos feitos no dia 27 de  
último. Diz que ouviu as bases partidárias no seu  
Estado e que todos são unânimes em afirmar  
que os pronunciamentos se fizeram no progra-  
ma partidário. Lamenta que a Comissão não  
possa exercer o seu direito. O Deputado Jerôni-  
mo Santana associa-se aos demais líderes e  
ênfatica que estamos hoje em mais um velório  
e indaga quem fará o velório do último cas-  
sado. Propõe que seja convocada, logo, a Convenção  
Nacional para se tratar o nosso futuro. O Depu-  
tado Antunes de Oliveira conclama que é hora  
de união. Que todos somos integralmente pe-  
los quatro pronunciamentos. Que somente a Con-  
venção Nacional poderá dar a palavra final.  
O Deputado Joaquim Burtacque concorda com  
a exposição do Presidente do Partido que é signi-  
ficativa e importante, mas que foi uma coisa

sacão violenta e, por mais insidiosa que seja  
uma nota, não devemos nos ater apenas a  
isto. Precisamos ouvir a Comissão Nacional,  
para que o Partido tome as decisões, Ver a con-  
veniência ou não da autodissolução do Partido.  
O Deputado Marcondes Fadelma diz que o Governo  
se comportou arbitrariamente, fomenta o ato de  
violência contra o líder do Partido, a Ubiçuaç e a  
Nação. Foi um desrespeito à Obsecução. Enaltece  
as qualidades do líder Alencar Furtado, homem  
profundamente honesto e nobre, verus ad infir-  
mo, que acreditava num diálogo, na insti-  
tucionalização do Regime, sendo por esse regime  
cruelmente castigado. Acha que a nota é uma  
ideia que se deve por em prática, mas é pouco  
e insuficiente para sensibilizar a Nação. Cita o  
caso da Itália que a oposição tentou um ato  
concreto, entrando em greve. Acha que devemos  
estudar e aprazar uma greve parlamentar. Em  
a oposição deveria durante um período pre-  
estabelecido não participar de qualquer atividade  
política, mostrando a Nação que foram feridos  
os direitos humanos. Acha para se esgotar todos  
os meios de imaginação para se protestar contra  
atos de violência. O Deputado Nelson Maculan  
diz que a Nação foi violentamente atingida. O  
Alencar Furtado é um brasileiro, extraordinário e  
der, muito combativo. É o momento de manifes-  
tar o novo protesto real, com uma posição tão  
viril. O Senador Paulo Grossard acha que tudo  
que foi dito é pouco em face do que aconteceu.  
Em nenhum País no mundo poderia ocorrer  
o que ocorreu aqui. Não há sequer comparações

do que aconteceu e aconteceu ontem e o que acontece  
em outras Nações. Que a grandeza atribua a Nação,  
não só porque o deputado Alencar Furtado era um  
grande deputado, não porque é um cidadão, mas  
sim porque foi atingido o líder da Oposição. Não  
foi o deputado ou o MDB, é a Nação inteira afim-  
çada, porque governo existe em qualquer Nação,  
mas Oposição só existe em Nação unizada. Muito  
mais do que o Partido foi a Nação ferida. Todas  
as manifestações são pequenas. Certo que sabemos  
salvando a honra do País, apesar de sabermos que  
talvez não podemos ser nós os primeiros. Esperamos  
que após entendimentos, nasceu o texto que era  
Uma nota não satiriza, mas explica o que so-  
demos fazer. Ou o silêncio ou uma nota. Uma  
nota é difícil porque não satiriza a todos, mas  
marca a Oposição. É preciso dizer uma palavra.  
Entende que quanto menor a nota, menos  
definitiva. Tede permissão para transcrever:  
"O MDB protesta contra a injustiça que  
atingiu o líder da Oposição na Câmara dos Deputados,  
o deputado Alencar Furtado, cuja atuação  
no exercício de sua investidura foi sempre exem-  
plar. O seu pronunciamento, em programa oficial,  
sob a autoridade da Justiça Eleitoral, exprime  
o pensamento do MDB e traduz pugnante-  
mente os preceitos do seu programa partidário.  
A Nação ouviu a palavra do líder Alencar  
Furtado e julgou a violência cometida."  
O Senador Gilvan Rocha acha que se deve acrescentar  
os nomes dos três propositores à nota.  
O Senhor Presidente esclarece que o Partido  
tem que fazer uma manifestação vigorosa, ta-

duzindo a inutilidade de até, não, como  
de ter feito innumeravelmente também, em vez  
que se devem ater ao compromisso original, sen-  
do seu ponto de vista apoiado pelo Senador Tra-  
ço Monteiro e pelo Deputado Aires Leitões. O  
Senador Marcos Freire formula questão de ordem  
para que a nota, como as demais sugestões, seja  
decidida por votação nominal. O Senhor Presi-  
dente acata a questão de ordem e solicita ao Se-  
nador Secretário-geral que proceda a circula-  
ção para a votação da nota que foi aprovada por  
unanimidade. Votaram pela nota com o con-  
sulto ao Senador Gilvan Rocha, os Senhores Mendes  
Guimarães, Gilvan Rocha e Freitas Neto. O Senador  
Flamarionio manifesta-se contrário a mais uma  
nota e favorável a convocação da Convenção  
Nacional. O Deputado Sebastião Rodrigues trans-  
mite que o Diretorio Regional do Partido em-  
teu nota no sentido de se reunir o Partido em  
Convenção Nacional. O Deputado Freitas Dobreira  
que se deve atar a nota com a convocação  
da Convenção Nacional. Esclarece que ficará  
com as subscrições dos quatro promissários  
para quando o Presidente precisar do documen-  
to. Sugere os nomes dos deputados Sidonio Fun-  
fon e José Bonifácio Neto para estudarem uma  
representação do Partido junto a Corte Consti-  
ucional de Haia. Após a aprovação da nota o  
Senhor Presidente pondera que as demais su-  
gestões apresentadas, como sempre foi feito,  
serão encaminhadas às Bancadas, que  
traduzem o pensamento do Partido. Na-  
da mais havendo a tratar, foi encerra-

da a reunião. E, para constar, in addition  
a presente ata que assinam o Presidente  
e o Secretário geral.



diã da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 17 de agosto de 1977.

Nos dezesseis dias do mês de agosto de 1977, nos dias vinte e sete, vinte e oito e vinte e nove, às quinze horas, na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro com os Presidentes dos Diretórios Regionais, estando presentes os senhores: Ulysses Guimarães - Presidente, Thales Raulino - Secretário Geral, Ulysses Guimarães, Henrique Alves, Amosilino Tavares, Jamil Dalpasquale, Euclides Sialis, Argemiro Antonio Fontes, Paulo Sumon, Leonino Guimarães, Fausto Buzin, Joaquim Freitas Lima Neto, Jansão Vasconcelos, Gilvan Rocha, Humberto de Lencina, Joel Ferreira, Mauro Bencardes, Celso Augusto Filho, Aldo Faquandis, Roberto Salvarino, Paulo Monteiro, Tamareta Neves, Erasmo Martins Filho, Ruy Lima Jorge Ferraz, Robson Maranhão, Augusto Filho, João Mendes Nebomaceno Neto. O Senhor Presidente esclareceu que o objetivo fundamental da reunião é a fixação da data da Convenção Nacional e a tomada de base do Partido que diz respeito à convocação de uma Assembleia Constituinte, congregando todas as forças do País. Por proposta do Deputado Humberto Guimarães aprovada na VI Convenção Nacional do Partido em 1975, a elaboração de um projeto político, social e econômico para o Brasil Feito, portanto, aprovado que se levaria à convenção em documento do qual constassem as diretrizes partici-

mas. Fez-se que se deveriam estudar sucessivamente para se levar à próxima Convenção um acervo mais geral, sintético, no qual se incorporassem todas as teses constitucionais, tais como, as estruturas administrativas, as garantias do Judiciário, a Segurança do homem, o seu bem estar etc. Após considerações preliminares ficou assentado que a Convenção seria no próximo dia vinte e oito (28) de setembro. O Sr. Presidente informou que designou a seguinte comissão, encarregada da elaboração do projeto do modelo político, social e econômico de nossa geração: Paulo Gussard - "O Estado Brasileiro, Federação, Declaração de Direitos, Direitos e Garantias Individuais"; Senador Marcos Freire - "Da Terminação dos Atos de Exceção, Defesa do Estado, Estado de Situação, Amnistia, Constituinte"; Deputado Fernando Neves - "Sistema Tributário"; Deputado Jacinto Vieira - "Do Poder Legislativo, Governo, Fiscalização Financeira"; Deputado Erasmo Martins Pedro - "Do Poder Executivo"; Deputado Celso Barnes - "Do Poder Judiciário, Do Ministério Público"; Deputado Humberto Luena - "Segurança Nacional, Forças Armadas, Funcionários Públicos"; Deputado Walter Silva - "Da Ordem Econômica e Social"; Deputado Sérgio Murolo - "Dos Partidos Políticos, Da Família, Educação e Cultura"; Deputado Antonio Carlos - "Dependência Externa da nossa Economia"; Deputado Alceu Collares - "Distribuição de Renda"; Deputado Nairiendes Gadelha - "Fortalecimento da Empresa Nacional"; Deputado João Gilberto - "Presença do Estado na Economia"; Senador Leite Chaves - "Agricultura e Reforma Agrá-

ria"; Senador Roberto Saturnino - "Política de  
Energia e de sub-solo"; o Deputado Ulysses  
Guimarães e os líderes - Senador Franco Mon-  
toro e Trevisan Nobre. O Deputado Humberto  
Lucena - Presidente do Diretório Regional em  
Paraná, propõe que corra em ata um re-  
le de pesar sobre fatalmente do Senador Rui  
Carnéis, o que é unanimemente aprovado.  
Traz, em nome do Diretório, algumas sugere-  
ções. Quanto a data, está de plano acordado. A  
primeira sugestão é que, em vez de um docu-  
mento, a Convenção expedisse dois. O primeiro  
tracando as diretrizes básicas do MDB para o  
País, o segundo documento seria um ma-  
nifesto protestando contra várias medidas re-  
voadas pelo Governo, como as cassações suces-  
sivas, a proibição do acesso dos Partidos Polí-  
ticos ao Rádio e à TV, a ameaça contra o Pre-  
sidente do Partido. Seria uma declaração, em-  
blusiva, constante os nomes, por ordem alfabé-  
tica, de todos os companheiros atingidos pelo  
AI-5 e, finalmente, no fecho, a ideia de con-  
vocação da Assembleia Constituinte, com a  
recomendação de um plano de mobilização  
popular com os líderes nos Estados e com a  
Direção Nacional. O Deputado Fernando  
Presidente do Diretório Regional de Pernambuco,  
em nome daquela Seção, é favorável a uma  
campanha em favor da Assembleia Constitui-  
te e que a esta seja dado um plano de desta-  
que. Critica a aceitação do diálogo com o gover-  
no por dirigentes entendendo que só o Presi-  
dente deve fazê-lo. Discorda do Deputado trun-

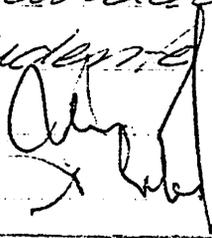
9/1  
sento Lucena sobre a apresentação de critérios  
mentes, por serem repetitivos. Faz um apelo pa-  
ra que prevaleça a data de 28 de setembro pa-  
ra a realização da Convenção Nacional e que  
até aquela data não se faça mais um diálogo.  
Aba até um contrassenso e um desrespeito para  
aqueles que foram cassados. O Sr. Presidente do  
Tribunal de Ofício dirigido pelo Presidente do Tri-  
bunal Regional de São Paulo em que credencia o  
Deputado Robson Marinho para representá-lo na  
Convenção nacional. Com a palavra o Sr. Robson  
Marinho diz que, a exemplo do Distrito de  
Pernambuco, o de São Paulo também é favorável  
à convocação da Assembleia Constituinte. Apre-  
senta documento do seu Distrito que vem a  
companhado de várias sugestões, entre elas a in-  
serção no Programa partidário da luta pela As-  
sembleia Constituinte. Sugere que todos os mem-  
bros do Partido, juntamente com a Comissão, par-  
ticipem da elaboração do documento que será  
levado à Convenção. Que seja o documento  
do MDB Brasileiro. Diz que a Constituição at-  
tual é uma farsa e deveria ser arquivada co-  
mo um documento de ficção. O Dr. Domingos  
Freitas Diniz Neto, Presidente do Distrito Regional  
do Maranhão, é favorável à tese da Assem-  
bleia Constituinte, apoiando também a sugges-  
ção do Deputado Jartus Vasconcelos sobre o di-  
álogo. O Deputado Jerônimo Santana critica o  
companheirismo que a antecedeu. Fala das rotu-  
luras e indaga como poderia falar ainda  
em diálogo. Frisa que cada denúncia que  
traz ao Congresso das arbitrariedades em seu

Território é mais um elemento que aponta  
para contra sua pessoa. Não se pode, entan-  
to, falar em diálogo, por não serem os mes-  
mos interlocutores - os membros do governo.  
Temos que consequentemente o povo, recebendo  
essa mensagem de uma Assembleia Constituinte  
de Solução o apoio dos líderes no Congresso  
e dos demais companheiros para a proposta  
de emenda constitucional que eleva o Terri-  
tório Federal de Roraima à categoria de Es-  
tado. A seguir fala o Sr. Antonio Torres - Pre-  
sidente do Diretório do Amapá, também par-  
ticipando à tese do Deputado Gilvan Rêgo e o  
Senador Gilvan Rêgo entende que o modelo do  
MDB seja de distensões internas. Deve-se pro-  
curar um modelo alternativo porém surge a  
idéia que o Partido não deve se arvorar em  
torno da verdade. Mostra-se favorável a um  
diálogo, desde que este venha com proposta org-  
ânica. Não vê por onde o MDB se funda a  
sua existência. A política não é arte de sobre-  
viver e sim de conviver. O Sr. Euclides Soares  
Presidente do Diretório Regional do Paraná  
esclarece que o Diretório aprovou, por uma  
unanimidade, a tese da Assembleia Constituinte  
e encaminhada à Mesa o documento onde faz  
uma análise do que estamos vivendo. Além  
da tese da Assembleia Constituinte, o MDB  
do Paraná propõe que o MDB não participe  
em eleições indiretas nos Estados. O Deputado  
Joel Ferreira diz que o MDB do Amapá  
entende que a prioridade é a redemocrati-  
zação do País. Se esta redemocratização fi-

vez que vir através da Constituição, o MDB do Amazonas está com a Constituinte; se, porém, a redemocratização pode ser alcançada por outra forma, estaremos com ela. O Deputado Celso Mano Dario - Presidente da Secão do Espírito Santo, diz ter feito um levantamento de opinião entre seus comandantes e seus eleitores a respeito da convocação da Assembleia Constituinte. É favorável ao diálogo, mas também acompanha a tese do Partido (partido liberal) através do Presidente do MDB. Celso Mano Dario Brasil Filho, do Diretório de Pernambuco é favorável à aprovação da Assembleia Constituinte. Falta das perseguições no Território e dos abusos dos Governadores. Entende somente um diálogo com o povo. O Deputado Pedro Simon - Presidente do Diretório Regional do Rio Grande do Sul, fala que o Partido em seu Estado é também favorável à Assembleia Constituinte. Não vê outra alternativa. Diz que o MDB e o Partido do sim. Que o MDB deve marcar para a Assembleia Constituinte a nível de Congresso, de Assembleias Legislativas, de Câmaras Municipais, e, enfim, que se faça uma campanha esclarecedora do povo, da importância da Assembleia Constituinte. Que se elabore um documento preparado, mas que no momento não é apropriado se apresentar teses detalhadas em termos de amplas liberdades, pois poderiam acontecer fatos que venham abrir novos caminhos. Acredita que a Convenção deve apresentar um 3º documento e que nesse documento o MDB deverá levar

o seu plano de ação. Quanto ao diálogo, o não  
sempre o suscitou. Quereremos a Constituinte  
por ser objetiva. Se o Governo voltar ao Con-  
gresso medidas de interesse do povo e do País,  
como a extinção do F1-5, eleições diretas e ou-  
tras, acha que o MDB deve aprovar. O Deputado  
do Paraná, Dalberto, da Seção de Santa Ca-  
tarina, entende que não se deve dialogar com  
a Arena, a não ser quando houver transações  
positivas. É, como os demais, favorável à con-  
vocaçao da Assembleia Constituinte. O Deputado  
polino de Faria - da Seção de Goiás, é favorável  
à Constituinte, mas acha que se precisa ter  
cautela para a elaboração do documento. O  
Deputado Henrique Alves - da Seção do Rio de  
Janeiro, falando em nome dos componentes  
do Norte, falando em nome dos componentes  
do Sul, também é favorável à Constituinte. O  
Senador Mauro Benevides, da Seção do Ceará,  
diz ter recolhido a impressão dos integrantes  
regionais, tendo sido acolhida a ideia de  
convocaçao da Constituinte dentro de diretrizes a serem  
definidas pelo documento elaborado pela  
Comissão. O Sr. João Mendes Neto  
é, como os demais, favorável à Assembleia  
Constituinte. O Sr. Presidente esclarece que, por  
unanimidade, ficou decidido: 1º - a confirma-  
ção da convocação da Convenção Nacio-  
nal para o dia 28 de setembro próximo; 2º - a  
aprovação da tese da convocação de uma As-  
sembleia Constituinte; 3º - que não haverá um  
prefeito e sim um documento político a ser  
aprovado pela Convenção; 4º - para deliberar  
haverá a convocação de Convenção e Assunto

0/1  
Gerais, somente para discussão. Antes de encerrar a reunião, o Sr. Presidente convidou todos para a missa que o Diretorio Nacional mandou celebrar pelo 30.º dia do aniversário do companheiro, o Senador Rui Carrero, às 19 horas na Catedral de Brasília. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata que assinaram o Presidente e o Secretário Geral.


Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada no dia 11 de agosto de 1977.

Nos onze dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e sete, às dez horas e trinta minutos, na Sala da Presidência do Partido, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os senhores Ulysses Guimarães - Presidente, Thales Romalho - Secretário-geral, Sérgio Barbosa, Joel Ferreira, Jamuro Neves, Roberto Saturnino, Aldo Taguieres, Rui Ino, Pedro do Filho, Paulo Grossard, Germanico Coelho, Freitas Nobre, Mano Benedito, Paulo Marinho e Walber Guimarães. A Comissão Executiva, após ouvindo os presentes, convocou uma reunião com os Presidentes Regionais para o dia dezessete do corrente, às quinze horas, na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados. Decidiu, ainda, marcar a data da Convenção Nacional para a segunda quinzena do mês de setembro próximo, devendo, no entanto, ser acertado o dia da Convenção na reunião do próximo dia dezessete. O Senhor Presidente sugere, como é de praxe, que a Comissão Executiva nomeie uma Comissão para elaborar documento para ser entregue, digo, apresentado à Convenção, para melhor entendimento dos trabalhos, ficando o assunto para ser examinado na próxima reunião. Esclarece que a Convenção Nacional se fixará na proposta

da Assembleia Constituinte, que será a primeira matéria, não deverá, no entanto, ter-se a detalhes. Continuando, o Senhor Presidente, ouvido os presentes, suscitou o assunto que será encaminhado à Editora Paz e Terra, que vai editar os pronunciamentos do ex-líder Alencar Gurtado, nos seguintes termos: "A Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro agradece a Editora Paz e Terra que, colhendo sugestão sua de publicar os pronunciamentos do deputado Alencar Gurtado embebeu-se nos cuidados de revisão e apuração gráfica que, aliadas ao seu valor intrínseco, resultou em um documento importante para a análise e interpretação de toda uma época". Colocado em votação, o texto aprovou-se por unanimidade. O Senhor Presidente esclareceu sobre o caso do jornalista Juli Thomaz que insiste em ser filiado junto ao Diretório Nacional. Decidiu a Comissão Executiva que a sua filiação compete ao Diretório Regional. O Deputado Júlio Viveiros fez ao comitê da Comissão Executiva o caso surgido na Câmara Municipal de Belém, com rejeição negativa para o Movimento Democrático Brasileiro. Ficou acordado de que a Direção Nacional irá conversar com os representantes da Fundação Geral do Pará para verificar uma melhor solução para o impasse. O Deputado Jerônimo Santana encaminha solicitação, a fim de que os parlamentares do Partido deem o maior apoio para o Projeto em que transformamos Territórios

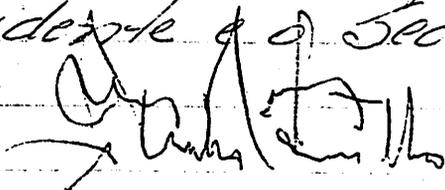
Federal de Rondônia em Estado, o qual seja vo-  
luntariamente. O Presidente e os membros  
dos Conselhos Central, Píxoto e Píxoto, Carneiro  
para que o Partido de emba a deputada estadual  
de 1923, pelo Estado do Rio de Janeiro, Rosalice  
Magaldi, que está presa, através do Dr. Osvaldo  
Mendonça, importando os honorários em Cr\$  
1000000. O Presidente esclarece que o Partido  
não tem podido patrocinar advogados - para con-  
religionários ou parlamentares, por carência de  
recursos. O caso presente, porém, é excepcional,  
por se tratar de mulher e estar presa, merecendo  
tratamento também excepcional. Foi aprova-  
da a contratação do advogado Dr. Osvaldo Men-  
ça, por Cr\$ 1000000 e o 1923 executará a contratação  
e procuração, através do Presidente e do Secretá-  
rio-geral. Nada mais havendo a tratar, foi en-  
terrada a reunião. E, para constar, foi lavrea-  
da a presente ata que assinaram o Presidente  
e o Secretário-geral.

Assinatura  
Heber

Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 1.º de setembro de 1977.

No primeiro dia do mês de setembro de mil novecentos e setenta e sete, às onze horas da manhã, no Gabinete da Presidência do Partido, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro presentes os Senhores Ulysses Guimarães - Presidente, Thales Ramalho - Secretário geral, Aldo Tajan - Jes, Joel Ferreira, Fernando Coelho, Tarciso Neves, Paulo Grossard, Franco Montoro, Greice Mone e Roberto Saturnino. Havendo o parecer legal, o Senhor Presidente expõe o motivo da reunião que se prende à Convenção Nacional. Esclarece que, apesar da decisão ser da competência da Comissão Executiva, esta convoca os dirigentes regionais e outros componentes os quais foram inteiramente favoráveis à antecipação da Convenção Nacional para o dia 14 de setembro próximo, uma vez que esta seria uma medida de interesse do Partido e este poderia entrar em ação na luta pela Assembleia Constituinte. Após os debates em que fizeram uso da palavra os Senhores Tarciso Neves, Franco Montoro, Paulo Grossard, Thales Ramalho, Greice Mone e Fernando Coelho foi por unanimidade, aprovada a antecipação da Convenção Nacional para o dia 14 de setembro próximo, às 9 horas, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, bem como que a matéria sujeita à deliberação da Comissão Executiva Nacional seja encaminhada para o Conselho Nacional do Partido.

5  
discussão e deliberação geral sobre a convocação da  
Assembleia Constituinte, cujo, Nacional Constituinte  
te, sendo que os assuntos gerais serão objetos de  
discussão. Também por unanimidade foi apro-  
vada a seguinte Ordem do Dia: a) Discutir e deli-  
berar sobre a participação do Povo na eleição  
em prol de uma Assembleia Nacional Constituinte,  
como processo democrático para resolver os  
graves problemas institucionais do País; b) Dis-  
cussão de assuntos gerais. Foi igualmente a-  
provada uma comissão com o fim de elabo-  
rar documento que será anexado na Conven-  
ção Nacional, composta dos seguintes membros:  
Senadores Paulo Grossard e Paulo Securmino e  
dos Deputados Aldo Fajundes e Tarcizo Neves,  
conjuntamente com o Presidente do Partido e os  
líderes no Senado e na Câmara Federal. Dada  
votais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.  
E, para constar, foi lavrada a presente ata que  
assinaram o Presidente e o Secretário-geral.



Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 15 de setembro de 1977.

Aos quinze dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e sete, às dez horas da manhã no Gabinete da Presidência do Partido, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os senhores: Ulisses Guimarães - Presidente, Thales Raulinho - Secretário-geral, Lázaro Barbosa, Roberto Saturnino, Peixoto Filho, Freitas Neto, Mauro Benevides, Ruy Lino, Juarez Bernardes, José Ferreira, Walber Guimarães e Franco Montoro. Havendo o Sr. Presidente esclarecer o motivo principal da convocação que é a aplicação do documento aprovado na Convenção Nacional, de autoria do Deputado João Gilberto e outros. Conforme foi aprovado, a Campanha se iniciará no dia 20 do corrente, onde de todas as tribunas os membros do MDB levarão a mensagem da Assembleia Constituinte. Diz que mantém entendimentos com diversos setores regionais onde fez gestões. Cita o art. 153, § 2º da Constituição sobre o caráter das reuniões, que devem ser em recinto fechado. Que a Campanha deve ser bem orientada e cingindo-se ao que determina a lei. A Comissão Executiva vai organizar calendários para as concentrações, sem prejuízo da programação dos Diretórios Regionais, devendo, no entanto, estes comunicarem a programação, para o conhecimento de todos nesses encontros. Alerta que a responsabilidade dos atos é do Partido, por isso que todos os encontros devem ser bem orientados pelo próprio Partido, que é legitimamente constituído

Após vários entendimentos ficou acertada que a primeira concentração se dará em São Paulo, a segunda em Santa Catarina, a terceira deverá ser no Norte ou Nordeste e a quarta deverá ser na Região Centro-Oeste. Frisa que terá de ser uma participação de grande vulto, com a presença de senadores, deputados federais, estaduais e demais membros do Partido. Serão nos meses de outubro e novembro. A fim de elaborar o roteiro contendo todas as instruções para a luta da Assembleia Constituinte, foi designada a seguinte comissão: Deputado Fernando Coelho, Senador Gilvan Rocha, Deputado Joel Gilberto, Deputado Aldo Fagundes e Deputado Alceu Collares. O Deputado Freitas Nobre registra o seu entusiasmo pela presteza da Secretaria-Geral que num tempo mínimo possível mobilizou o país inteiro, ressaltando o sacrifício do Secretário-Geral que fez quase o impossível. Propõe que se realizem quatro concentrações, duas em outubro e duas em novembro. O Sr. Peixoto Filho acha que se deve incluir o Rio de Janeiro nesse roteiro, assim como os Deputados Joel Ferreira, Ruy Lino, Jary Bernardes e o Senador Lázaro Barboza pedem que inclua os seus Estados nos roteiros. O Senador Mauro Benevides diz ser conveniente que essas concentrações sejam feitas em locais onde os presidentes das Assembleias Legislativas sejam do MDB. O Deputado Ruy Lino diz que o mais importante não é o local e sim o primeiro teste, manifestando suas dúvidas e pessimismos. O Sr. Presidente designou o Senador Mauro Benevides para estudar a proposta referente a composição da Comissão Provisória de Mato Grosso do Norte, ficando o Deputado Aldo Fagundes com a parte referente a Mato Grosso do Sul.

O Senador Mauro Buevices disse que, tão logo for designado, manteve contatos com os representantes federais do quele Estado e com as bases em Curitiba e que está tendo grande dificuldade na escolha do Presidente da Comissão Provisória. O Sr. Presidente traz o assunto do Sr. Jeff Thomaz que recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral sobre a sua filiação no Diretório Nacional, tendo designado o Senador Lojano Barboza para dar o parecer. Com a palavra o Relator que diante da decisão da Comissão Executiva procurou ouvir o Diretório Regional do Rio Grande do Norte, sendo a referida filiação impugnada por aquele Diretório, sem que fosse interposto qualquer recurso. O Sr. Presidente endereçará ofício ao Ministro Leitor de Abreu, explicando que os instrumentos de orientação do processo foram pedidos à Comissão Regional. Lamenta a atitude daquele cidadão que não tem o direito de usar fotografias de autoridades partidárias para se promover. Cita a lei que facultava à Direção Nacional conceder filiações. Mas adverte que essas prerrogativas são uma faculdade e não um imperativo, sem criar problemas ou atritos no âmbito regional. Esclarece que a Comissão Executiva já entende que o assunto em foco está na área estadual. Fala a seguir sobre o preenchimento da vaga no Conselho de Ética, com o falecimento do seu Presidente - O Senador Ruy Carneiro. Foi sugerido o nome do Senador Ivandro Cunha Lima, suplente daquele Senador, para aquela vaga, sendo a proposta aprovada por unanimidade. Finalmente, o Sr. Presidente dá conhecimento de dois processos chegados do Diretório Regional do Pará, um de recurso do Vereador Alvaro Paz do Nascimento e outro de intervenção no Diretório Municipal de Belém.

Foi designado o Deputado Fernando Coelho como Relator do primeiro processo e o Deputado José Ferreira como Relator do segundo processo. Não mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às treze horas. E, para constar, foi lavrada a presente ata que assinam o Presidente e o Secretário-geral.

Ally, /  
Thubz /

Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 13 de outubro de 1977.

Aos treze dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e sete, às dez horas da manhã, no Gabinete da Presidência do Partido, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os senhores: Roberto Saturnino - Vice-Presidente na qualidade de Presidente, Thales Ramalho - Secretário-Geral, Aldo Fagundes, Lôzaro Barboza, Fernando Coelho, Walber Guimarães, Ruy Lino, Freitas Nobre, Franco Montoro, Mauro Benevides. Havendo número legal, o Senhor Presidente esclarece que o motivo da reunião é o posicionamento da Direção Nacional frente à decisão do Governo de encaminharem denúncia ao Supremo Tribunal Federal contra o Presidente do Partido, Deputado Ulisses Guimarães. Acredita, assim como os demais companheiros, ser absurda tal decisão, hostilizando não só o Presidente, como toda a agremiação. Entende que o Partido deverá se pronunciar sobre a questão solidarizando-se de forma mais veemente com o Presidente do Partido. Após a decisão do Governo, foi convocada imediatamente a reunião, não comparecendo o Presidente do Partido, por estar formalmente implicado. Com os acontecimentos e as circunstâncias só podemos emitir uma nota que é a nossa palavra de protesto. O Deputado Freitas Nobre acha que no exame da nota deveria constar a inexistência de fundamento político, pois teria havido uma co-responsabilidade dos membros do Tribunal Superior Eleitoral, uma vez que houve ante-

cedência. Pela Lei Falcão a responsabilidade é do partido, mas, de acordo com as instruções do Tribunal Superior Eleitoral, este tem poder de polícia. Sendo, portanto, uma medida injusta do governo. A seguir, o Senhor Presidente submete a apreciação dos presentes, uma nota que, após os debates em que usaram da palavra os senhores: senadores Franco Montoro e Lázaro Barbosa e deputado Aldo Fagundes, Whales Ramalho, Walber Guimarães, Ruy Lino, e Fernando Coelho, foi a mesma aprovada, por unanimidade; cujo teor é o seguinte: "é notória a disparidade entre os mecos recursos de divulgação de que se vale o governo para promover seus próprios atos, inclusive através de custosa propaganda, em contraste com as restrições cada dia maiores, de acesso da oposição aos meios de comunicação de maior amplitude. A presença dos candidatos nos programas gratuitos de rádio e televisão, distribuída entre os partidos, nos períodos de campanha eleitoral, conquista de muitos anos que representava um dos instrumentos mais eficazes de aperfeiçoamento democrático e de combate à influência do poder econômico, acabou arbitrariamente proibida, sob a alegação de que as agrimações partidárias ocupariam aqueles canais duas vezes por ano. No uso dessa autorização legal, e sob a égide do Tribunal Superior Eleitoral, o MDB levou ao povo brasileiro, com imensa repercussão, sua mensagem de liberdade, de justiça social, e de retorno à normalidade democrática. As consequências são as do conhecimento geral. Essa derradeira possibilidade de comunicação imediata com o povo foi suprimida. Com a aplicação do AI-5, foi cassado o mandato que parcela consagradora do povo parana-

ense conferira ao nobre Deputado Alencar Furtado, honra do por seus pares para liderar a bancada da Câmara a que pertencia. Agora, é o Presidente do MDB, o eminente Deputado Ulisses Guimarães que, após trinta anos de exemplar atividade parlamentar, sofre o constrangimento de um processo absurdo, ainda que confiado ao alto julgamento do Supremo Tribunal Federal. Em uma palavra, pune-se o direito à informação, que pertence ao povo, expresso em pronunciamentos que tiveram o testemunho e o apoio de toda a nação, pelo equilíbrio e sinceridade da prática cívica, esteriada no Programa partidário aprovado pela Justiça Eleitoral. Ao denunciar e reprovocar essa condenável seqüência de fatos, a Comissão Executiva Nacional do MDB, expressando o pensamento de todo o Partido e certa de traduzir o sentimento de todas as correntes liberais da nação, manifesta sua integral solidariedade ao Deputado Ulisses Guimarães que, por tantos anos consecutivos, tem posto o melhor de sua inteligência, de sua cultura, de seu destemor e de seu espírito público a serviço da liberdade, dos direitos humanos e da redemocratização do país. Professor universitário, antigo Ministro de Estado e ex-Presidente da Câmara dos Deputados e do Parlamento Latinoamericano, o Deputado Ulisses Guimarães constitui indiscutivelmente patrimônio moral da nação. Nesta oportunidade, o MDB reitera a sua confiança na imparcialidade e na clarividência dos ilustres membros da Suprema Corte e prosseguirá, com coragem e patriotismo, sua luta pelo retorno ao "Estado de Direito". Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E,



17  
tribuidas dentro dos 90 dias, o pedido de diligência,  
como nos Tribunais, interrompe a prescrição  
e portanto, nenhum prejuizo caberia à matéria,  
podendo o relator apresentar seu Parecer em ou-  
tra reunião, a fim de que o Director Nacional,  
oportunamente, decida a questão. Nada mais  
havendo a tratar, foi encerrada a reunião e,  
para constar, foi lavrada a presente ata que  
assinam o Presidente e o Secretario feid.

Alfonso de S. M.  
→ Henrique de S. M.

Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 10 de novembro de 1977

Aos dez dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e sete, às dez horas da manhã, no Gabinete da Presidência do Partido, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os senhores: Ulisses Guimarães - Presidente, Thales Ranzalho - Secretário-geral, Ruy Lino, Joel Ferreira, Jairo Brum, Juarez Bertoldes, Franco Monteiro, Fernando Coelho, Freitas Nobre, Aldo Fagundes, Lázaro Barboza e Gibran Rocha. Havendo número legal, o Senhor Presidente esclarece o motivo da reunião que é a convocação do Diretório Nacional, a fim de deliberar sobre processos oriundos dos Diretórios Regionais do Pará e Paraná. A Comissão Executiva, após os debates, aprovou o seguinte: 1º - convocar o Diretório Nacional para o dia 23 do corrente, às 9 horas da manhã, no Plenário da Comissão de Relações Exteriores, na Câmara dos Deputados, a fim de apreciar os processos do Diretório Regional do Pará, onde está implicado o vereador Alvaro Paz do Nascimento - Presidente do Diretório Municipal de Belém e o pedido de intervenção feita contra o Diretório Municipal de Belém. Foram designados pelo Presidente os Deputados Joel Ferreira - para o 1º processo - e Fernando Coelho - para Relator do 2º processo. 2º - Deliberar sobre a decisão da Bancada da Assembleia Legislativa e do Diretório Regional do Paraná quanto ao pedido de expulsão e suspensão dos Deputados Estaduais Domingos Scarpellini e Erucis-

to Guato, sendo designado Relator o Senador Lázaro Barboza. 3: - Quanto à composição das Comissões Provisórias de Mato Grosso do Norte e Mato Grosso do Sul ficou decidido que o assunto seria resolvido com a máxima brevidade pela Comissão Executiva, pois o Relator do Processo de Mato Grosso do Norte - Senador Mauro Benevides, viajara para o exterior, em missão oficial, sendo substituído pelo Senador Lázaro Barboza, que está ultimando os estudos da matéria. Sobre o caso de Mato Grosso do Sul, o Relator, Deputado Aldo Fagundes, esclareceu que está praticamente solucionado. O Sr. Presidente expõe o assunto do Manual da Constituinte, do qual foi feita uma tiragem de cem mil exemplares e que após as tomadas de preços, a gráfica Alvorada foi a que ofereceu melhor preço e mais rápida entrega, tendo importado a despesa em R\$ 340.000,00 o que, submetida aos presentes, foi aprovada por unanimidade. O Sr. Presidente fala do Processo em que foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República, tendo recebido a intimação na terça-feira última. Explica seu interesse em entrar com a defesa o mais rápido possível, tendo em vista o receso daquela Egrégia Corte no próximo dia 10 de dezembro. Agradece a colaboração de todos e, em especial, os patronos de sua defesa, Deputados Larte Vieira e José Bonifácio Neto, auxiliados pelos Deputados Lido-vino Fautou e Sérgio Murillo. Esclarece que o Relator no Supremo Tribunal Federal é o Ministro Bilac Pinto. Agradece, também, o apoio que vem recebendo de vários e grandes juristas do País, os quais lhe oferecem desinteressadamente

seus serviços profissionais. Salienta que optou pela  
prata da casa, pois, além de correligionários, são  
também advogados de sábia competência. Confia que  
o Partido tem elementos com condições de defender  
seus direitos. Pelo Deputado Juarez Bernardes é  
proposta reiterada de solidariedade ao Presidente  
Ulisses Guimarães, inclusive ao discurso que pro-  
nunciou na rede nacional de Rádio e Televisão no  
dia 28 de junho, o que lhe motivou processo junto  
ao Supremo Tribunal Federal, sendo a proposta  
unanimemente aprovada. A seguir, o Sr. Presidente  
declara sobre as mocções apresentadas na Convenção  
sobre a campanha da constituinte, tendo a Dire-  
ção Nacional cumprido fielmente e dentro do pr-  
zo estabelecido, todas as suas atribuições. Fala das  
concentrações já realizadas, e com grande êxito,  
em São Paulo e Santa Catarina, e que no próximo  
dia 18 haverá uma concentração na Bahia. Foram  
realizadas, ainda, duas concentrações nas cidades de  
João Pessoa e Campina Grande, Paraíba, sendo es-  
tas promovidas pelo Diretório Regional da qual es-  
tá sendo e coordenadas pela Direção Nacional do MDB.  
A quarta concentração será no Araxós, ainda es-  
te mês. O Deputado Juarez Bernardes traz ao Pre-  
sidente a solidariedade de várias cidades goianas.  
Critica os que querem dialogar com o governo  
numa hora em que se pretende processar o presi-  
dente do Partido. O Deputado Jairo Brun soli-  
dariza-se com o Presidente em nome de diversos  
municípios goianos. O Deputado Aldo Fagundes  
comunica deliberação dos Setores foveus do Rio Gran-  
de do Sul e Santa Catarina de realizarem um en-  
contro nacional, em Brasília, no próximo dia 17.

O líder Freitas Nobre comunica à Comissão Executiva que convocou reunião de Líderes das Bancadas estaduais do Partido, para realizar-se dia 17, em Brasília. O Presidente informa que a Comissão Executiva recebe a comunicação dessa reunião já convocada. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, foi lavrada a presente ata que assinam o Presidente e o Secretário-geral.

Alf. T. Llo  
Secretário-geral

Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 24 de novembro de 1977.

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e sete, às dez horas da manhã, no Gabinete da Presidência do Partido, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os senhores: Ulisses Guimarães - Presidente, Aldo Fagundes, Walber Guimarães, Fernando Boello, Juarez Barboza digo Juarez Bernardes, Laçaro Barboza, Roberto Saturnino, Franco Montoro, e Ruy Lino. Havendo número legal, o Sr. Presidente esclarece os motivos da reunião que se prendem à composição das Comissões Provisórias de Mato Grosso do Norte e do Sul, da expulsão da Vereadora Zuleide Ruar Lucas. Inicialmente, o Sr. Presidente fala do resultado da reunião do Diretório Nacional, onde foi realizada, em que foi confirmada a pena de suspensão e expulsão a correligionários, entre eles o Deputado Estadual Domingos Scarpellini. Este procurou a Presidência Nacional, manifestando propósito de recorrer da decisão do Diretório Nacional. O Presidente informou sobre a inviabilidade desse recurso, pois pela Lei e pelo Estatuto a instância recursal é conclusiva, não havendo recurso de recurso. Passa, a seguir, a palavra ao Deputado Aldo Fagundes - Relator do processo de Mato Grosso do Sul, que, após entendimentos com as representações federal e estadual daquele Estado, propôs a seguinte composição para a Comissão Provisória: 1- Douglas de Castro, engenheiro, residente em Aquidauana, (indicado do deputado federal Walter de Castro); 2- José Mendes, médico e Vereador em Três Lagoas, (in-

indicado pelo deputado Antonio Carlos]; 3 - Adone Colaco So-  
tovia, Oficial reformado da Aeronautica, residente em  
Campo Grande (indicado pelo Deputado Estadual Cleo-  
menes Nunes da Cunha); 4 - Sultan Rossan, Vere-  
dor em Dourados (indicado pelo Deputado Estadual  
Sergio Manoel da Cruz); 5 - Iran Pereira de Oliveira  
economista, residente em Campo Grande (indicado pelo  
Deputado Estadual Walter Pereira de Oliveira); 6 - Vi-  
cente Bezerra Neto, advogado, residente em Curitiba  
(indicado pelo Deputado Estadual Cecilio de Jesus Gastal);  
7 - Joaquim Alves Vieira, advogado, residente em Campo  
Grande (indicado pelo Deputado Henrique Pires de Frei-  
tas). Aprovada a constituicao da Comissao Provisoria,  
nos termos do documento transcrito, a Comissao E-  
xecutiva Nacional aprovou o nome de Adone Colaco So-  
TOVIA para Presidente. A Comissao Executiva Nacio-  
nal decidiu nao designar suplentes para a Comissao  
Provisoria por nao terem sido indicados pelos integra-  
tes do acordo. A seguir, o senador Lazaro Barboza, Re-  
lator do processo de Mato Grosso do Norte, em Substitui-  
cao ao senador Mauro Benevides, relata o seguinte: "Sr.  
Presidente: com a viagem do nobre senador Mauro Be-  
nevides para as Nações Unidas, como observador parla-  
mentar do Senado, recebemos de suas mãos o encargo  
de dar prosseguimento às demarches para a formação  
do nosso Partido no Estado do Mato Grosso do Norte. Ten-  
tamos em vão construir um consenso, mas esbarra-  
mos na intransigência das duas correntes que dispu-  
tam a liderança naquele novo estado. Diante do im-  
passo, o que fazer? É óbvio que, outra saída não resta  
à Comissao Executiva Nacional, senão designar a Comis-  
sao Provisoria, dentro de critérios cuja validade não  
possa ser colocada em duvida. Assim, sugerimos a de-

designação do Presidente do Diretório Regional do Estado de Mato Grosso para presidir dita Comissão. Trata-se do Dr. José Anibal de Souza Bouret. O reconhecimento da sua liderança, não é assim um ato da Direção Nacional, mas, dos seus próprios conterrâneos que o elegeram Presidente da Agremiação no antigo Estado. Quanto aos demais nomes, sugerimos os seguintes: 2 - Deputado Carlos Gomes Bezerra, líder da Bancada na Assembleia Legislativa. Trata-se do único Deputado Estadual a fazer opção pelo Estado de Mato Grosso do Norte e, sem dúvida alguma, uma das maiores expressões do nosso Partido no novo Estado. Opõe-se ao Dr. Bouret, mas é um moço de valor, do qual nosso Partido não pode prescindir. 3 - Manoel da Silva Machado - 1º Suplente de Deputado Federal; 4 - Zelinio Dall'Agro - Tesoureiro do Diretório Regional a ser extinto; 5 - Gilson Duarte de Barros - Vereador à Câmara Municipal de Cuiabá, e o mais votado na nossa chapa nas últimas eleições; 6 - João Inácio Torres, Vereador em Cuiabá e o segundo mais votado para aquela edilidade; 7 - Dercy Gomes de Silva - Vereador à Câmara Municipal de Barra do Garças, um dos maiores Municípios daquele Estado e onde detemos a Prefeitura Municipal, sua designação significa, ainda, o prestigiamento do nosso Prefeito naquela importante comuna. Para Suplentes - 1 - Odil de Miranda Moura - Presidente do atual Diretório Metropolitano de Cuiabá, desempenhando ainda o mandato de Vereador. 2 - Aldizio da Cruz - Vereador em Cuiabá; 3 - Rozendo Ferreira de Souza - Vereador em Rondonópolis, importante base eleitoral do Deputado Carlos Gomes Bezerra. 4 - Getúlio Gonçalves de Paula - Presidente do Setor jovem Estadual do Partido. Entendemos, finalmente,

Senhores membros da Executiva Nacional, que a designação de 4 (quatro) Suplentes, ao invés de 3 (três), é um ato necessário pois, dado o conflito de licenças ali existente, é provável que alguns dos designados venham a renunciar e, assim, evitaremos nova convocação da Executiva Nacional para apuração de eventuais renúncias e preenchimento dos cargos que ocasionariam? Posta em votação, foi unanimemente aprovada a Constituição da Comissão Provisória e dos Suplentes. A Comissão Executiva do MDB, por unanimidade, aprovou a recomendação de que as Comissões Provisórias designadas para os novos Estados desincumbam-se de sua missão com a brevidade possível. O Sr. Presidente enfatiza a competência exclusiva da Comissão Executiva de designar Comissões Provisórias, pois é letra da lei. Com a palavra o Deputado Fernando Coelho - Relator do Processo da Vereadora Zuleide Ruar Lucas - fez exposição que o Diretório Regional do Paraná indeferiu, através do seu Presidente, o encaminhamento do Recurso, por entender que, tendo tido origem no Município de Foz de Iguaçu, não podia haver recurso de recurso. Dada a complexidade da matéria, ela foi adiada para a primeira reunião que a Comissão realizar. O Deputado Aldo Fagundes traz ao conhecimento da Comissão o encontro realizado, aqui em Brasília, pelos Setores jovens de vários Estados que reivindicam a instalação do Setor jovem nacional. Expõe, ainda, que os estudantes de Brasília estão promovendo Campanha para a retirada de tropas na UNB e que solicitam uma manifestação por parte da Executiva Nacional do MDB de solidariedade àquela reivindicação. O Sr. Presidente esclarece que, quanto

à criação do Departamento fover a nível nacional, a matéria será examinada e decidida em outra reunião. Quanto ao protesto pela presença de tropas nas Universidades, o Presidente dará a Imprensa declaração de protesto autorizado pela unanimidade da Comissão Executiva. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, foi lavrada a presente ata que assinam o Presidente e o Secretário-geral.

Alf. P. M.  
→ H. S. M.

Ata da Reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 2 de dezembro de 1977.

Nos dois dias do mês de dezembro de mil novecentos e setenta e sete, às dez horas da manhã, no Gabinete da Presidência do Partido, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os membros: Eliezer Guimarães - Presidente, Thales Ramalho - Secretário-Geral, Lázaro Barboza, Juarez Bernardes, Joel Ferreira, Walber Guimarães, Fernando Coelho e Mauro Benevides. Inicialmente, o Sr. Presidente dá conhecimento do pedido de reconsideração do Diretório Nacional feito pelo Deputado Estadual José Domingos Scarpellini, através de seu advogado Sr. José Bernardes Pastos, tendo o Relator, Senador Lázaro Barboza assim se pronunciado: "Inconformado com a decisão do Diretório Nacional que, em grau de recurso, decidiu aplicar-lhe a pena de expulsão dos quadros do Movimento Democrático Brasileiro, o Deputado à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, José Domingos Scarpellini, pelo seu Procurador, o Dr. José Bernardes Pastos, encaminhou à Comissão Executiva do Movimento Democrático Brasileiro o pedido de Reconsideração da referida decisão, tendo aduzido entre outras, as seguintes razões: a) que já foi processado e punido pelo Diretório Regional, pelo mesmo crime, com a pena de advertência; b) que os processos disciplinares a que respondeu contêm nulidades insanáveis; c) que a Comissão de Ética não tem poderes de julgamento nem de decisão, por ser órgão opinativo e de cooperação; d) que inexiste Código Processual determinador de órgãos, competências, atribuições, atos, prazos, normas e regras de conduta processual, não havendo como instaurar-se validamente a "relação processual penal", na espécie. Em face das razões alegadas, o acusado solicita seja proferida uma das seguintes decisões: a) que

se proclame a absolvição do acusado em face do voto cum-  
lativo do Líder, pois, sem ele, não haveria a exigência ma-  
ior absoluta; ou b) que se declare nulo o julgamento, por  
o mesmo motivo; ou, c) que se considere inteiramente  
inexistente o processo, face a inexistência da relação  
processual penal. PARECER - O pedido de reconsideração  
em apelo, não encontra arrimo em qualquer diploma  
legal, nem resiste a menor análise. É bom que se es-  
clareça, desde já, não ter havido na Instância Recursal  
o chamado "voto cumulativo do Líder" na Câmara. Este  
efetivamente deu dois votos, porque detém ao mesmo  
tempo a dupla condição de membro do Diretório Na-  
cional e de Líder na Câmara dos Deputados. Tanto é ver-  
dade que, o Líder do Partido no Senado, não sendo mem-  
bro do Diretório Nacional, teve direito tod somente ao voto  
de liderança. Por outro lado, negar a relação processual  
quando esta se estabeleceu seguindo a melhor doutrina  
é admissível como "jus spernandi" e nada mais.  
Portanto, sou pela denegação do pedido e consequente man-  
utenção da decisão anteriormente proferida. Brasília, 30  
de novembro de 1977". Colocado a votos foi o Parecer  
aprovado por unanimidade. Prossequindo, o Sr. Presidente  
relata o caso da Vereadora Zuleide Rivas Lucas,  
qual foi expulsa do Partido, através de processo oriundo  
do Diretório Municipal de Foz de Iguaçu, tendo a ac-  
sada recorrido ao Diretório Regional e este confirmado  
a decisão da Secção Municipal. Inconformada, a Vere-  
adora em Causa recorreu ao Diretório Nacional do Par-  
tido, estando o Recurso com o Deputado Fernando  
Coelho, que relata o seguinte: "O Recurso não está su-  
ficientemente instruído. Para sua apreciação será ne-  
cessária a juntada do processo originário, do qual re-  
sultou a expulsão da Vereadora Zuleide Rivas Lucas".

dos quadros partidários. O documento de fls. <sup>4</sup> por ou-  
tro lado, dá notícia da tramitação, perante o Juízo de  
Direito da Comarca de Foz de Iguaçu, de ação oriunda  
na de anulação de ato jurídico, proposta pela recorrente  
contra o Diretório Municipal do PMB e versando a  
matéria questionada. Sobrestado o andamento do recur-  
so e, em consequência, o prazo para sua decisão,  
sugerimos, preliminarmente, seja solicitado ao Diretório  
Regional do Paraná o encaminhamento a esta Comissão  
Executiva do processo de expulsão da recorrente e o  
fornecimento de cópias dos peças principais da ação ju-  
dicial - supramencionada, com informações sobre o seu au-  
damento e prazos atual. Admitida a sugestão, os  
autos devem baixar à Secretaria, para cumprimento da  
diligência. Brasília, 30 de novembro de 1977. Submetido  
a votação foi o parecer aprovado por unanimidade. Na-  
da mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.  
E, para constar, foi lavrada a presente ata que as-  
sinam o Presidente e o Secretário-geral.

Mya [assinatura]